

BIOREN TECNOLOGIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

BIOREN TECNOLOGIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e cotistas da
BioREN Tecnologia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BioREN Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BioREN Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BioREN Tecnologia S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 2.1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia encontra-se em fase inicial de operação e, por este motivo, necessita de fundos privados, ou de investidores, para cumprir com suas obrigações e financiar suas atividades até que alcance geração de caixa operacional positiva. Embora o ativo circulante exceda o passivo circulante na data-base, a Companhia ainda não gera recursos suficientes para suportar suas operações sem suporte financeiro. Tais elementos indicam a existência de incerteza relacionada à dependência de financiamento externo para manutenção da continuidade operacional. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Rafael Favacho'.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/O-3

BIOREN TECNOLOGIA S/A

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Ativo		
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.251.402	1.273.155
Estoque	831.373	774.729
Contas a receber	212.403	-
Adiantamentos	67.574	13.884
Impostos a recuperar	129.666	58.553
Despesas antecipadas	39.583	90.864
	2.532.001	2.211.184
Ativo não circulante		
Imobilizado	826.841	407.006
Intangível	1.119.506	601.919
Outros ativos	203.655	151.362
Adiantamentos	220.000	
	2.370.002	1.160.287
	2.370.002	1.160.287
Total do ativo	4.902.003	3.371.471
Passivo e patrimônio líquido		
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Contas a pagar	148.603	1.166.013
Salários e contribuições a pagar	400.381	200.275
Impostos a pagar	23.955	11.432
Tributos Retidos a recolher	60.714	44.109
	633.653	1.421.829
Passivo não circulante		
Compensação Passiva	151.362	151.362
	151.362	151.362
Patrimônio líquido		
Capital social	368.085	305.033
(-) Capital social a integralizar	(4.500.000)	(1.500.000)
Reserva de capital	24.729.709	12.292.761
Prejuízo acumulados	(16.480.806)	(9.299.514)
	4.116.988	1.798.280
Total do passivo e patrimônio líquido	4.902.003	3.371.471
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

BIOREN TECNOLOGIA S/A

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional, bruta		4.528.697	3.339.240
Custos	17	(526.713)	(374.012)
Impostos incidentes s/ venda		(419.482)	(163.490)
Lucro bruto	16	3.582.502	2.801.738
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(6.920.919)	(4.884.795)
Despesa de pessoal	19	(3.844.256)	(2.087.767)
Despesa tributária		(185.591)	(364.425)
Outras despesas e receitas, líquidas	20	35.739	-
Resultado antes do efeito financeiro		(10.915.027)	(7.336.987)
Resultado financeiro	21	151.233	9.660
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.181.292)	(4.525.589)
Prejuízo do exercício		(7.181.292)	(4.525.589)
Prejuízo por ação - Reais (R\$)		(28,53)	(17,98)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BIOREN TECNOLOGIA S/A

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(7.181.292)	(4.525.589)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(7.181.292)	(4.525.589)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BIOREN TECNOLOGIA S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em Reais)

	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	292.428	(3.300.000)	9.805.366	(4.773.925)	2.023.869
Aumento de capital social	12.605	-	-	-	12.605
(-) Capital a integralizar	-	1.800.000	-	-	1.800.000
Ágio na subscrição de ações	-	-	2.487.395	-	2.487.395
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.525.589)	(4.525.589)
Saldos em 31 e dezembro de 2024	305.033	(1.500.000)	12.292.761	(9.299.514)	1.798.280
Aumento de capital social	63.052	-	-	-	63.052
(-) Capital a integralizar	-	(3.000.000)	-	-	(3.000.000)
Ágio na subscrição de ações	-	-	12.436.948	-	12.436.948
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.181.292)	(7.181.292)
Saldos em 31 e dezembro de 2025	368.085	(4.500.000)	24.729.709	(16.480.806)	4.116.989

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BIOREN TECNOLOGIA S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividade operacional		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(7.181.292)	(4.525.589)
Ajustes ao lucro		
Depreciação/amortização	120.339	41.783
Baixas de Imobilizado	3.376	
Total oriundo das operações	(7.057.577)	(4.483.806)
(Aumento) diminuição das contas dos ativos		
Impostos e contribuições a recuperar	(72.258)	36.968
Contas a receber	21.255	135.060
Estoques	(122.189)	(364.156)
Despesas antecipadas	51.280	34.787
Adiantamentos	(280.549)	53.079
Outras contas a receber	(212.403)	(216.907)
Aumento (diminuição) das contas dos passivos		
Fornecedores	(1.017.410)	1.202.322
Salários e encargos	200.106	92.941
Impostos, taxas e contribuições	29.129	26.521
Fluxo de caixa gerado / consumido pela atividade operacional	(8.460.616)	(3.483.191)
Atividade de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(501.882)	(189.832)
Aquisições de intangível	(552.720)	(494.888)
Venda de imobilizado	(6.535)	
Fluxo de caixa gerado pela atividade de investimentos	(1.061.137)	(684.720)
Atividade de financiamentos		
Aumento de capital	9.500.000	4.300.000
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamentos	9.500.000	4.300.000
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(21.753)	132.090
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.273.155	1.141.065
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.251.402	1.273.155
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(21.753)	132.090
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

1. Contexto operacional

A Bioren Tecnologia S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2021, que se destaca por possuir uma solução inovadora e sustentável para o combate às bioincrustações indesejadas, como por exemplo, cascos e áreas de nichos de embarcações. A Companhia fica sediada na Torre do Rio Sul, na Rua Lauro Muller, 116.

A Companhia desenvolve tecnologias customizadas para combater bioincrustações, atuando em diferentes segmentos. A linha de tecnologias desenvolvidas pela Bioren inclui diversos tipos de equipamentos para proteção das áreas, evitando que deposições biológicas (bio incrustações) se formem. A tecnologia é versátil, capaz de proteger áreas de diferentes tamanhos, geometrias e complexidades. A bioincrustação causa perda de hidrodinâmica e consequentemente acarreta aumento significativo de consumo de combustíveis. A redução do consumo de combustíveis também diminui as emissões de gases do efeito estufa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

a.) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e com observância à legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas, cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas na Nota 3.

As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 15 de maio de 2026.

A Companhia encontra-se na fase inicial das operações e, por este motivo, necessita de fundos privados ou de investidores para cumprir com suas obrigações de curto prazo, garantindo a continuidade operacional. A administração afirma que possui alternativas para obtenção de recursos financeiros, até que a Companhia alcance o estágio de geração de fluxo de caixa positivo, através das operações.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados ativos e passivos como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Um ativo ou passivo é registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base do balanço patrimonial, caso contrário será registrado como não circulante.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas, e estão apresentadas, em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revistas e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	9
Premissas para identificação de indicativos de perda e testes de recuperabilidade de ativos imobilizados	9
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	22
Mensuração de perdas de crédito esperadas no contas a receber	6
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	21

2.5. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) Novas e Revisadas

2.5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

2.5.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.6. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº6 sobre PECLD de contas a receber, nº7 tributos a recuperar, nº10 vida útil do ativo imobilizado e nº12 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

A Entidade atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Entidade mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Entidade não tem de IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Entidade não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente durante todo o período apresentado.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas ou que encerraram o exercício com saldo negativo na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2019, conforme deliberação CVM 763/16.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

3.3. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda no decurso normal das atividades da Companhia. As vendas a receber são reconhecidas pelo valor faturado, registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, deduzidos das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, quando aplicáveis.

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros.

3.4. Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e/ou produção, que não excede o seu valor de mercado ou custo de reposição em conformidade ao Pronunciamento Técnico de Pequenas e Médias Empresas.

3.5. Despesas antecipadas

As despesas do exercício seguinte, compostas por vale transporte a apropriar, caução e depósitos, vale refeição a apropriar, vale alimentação a apropriar, assistência médica a apropriar, assistência odontológica e licença de software a apropriar.

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes.

A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "pro rata dia".

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de Ajuste a Valor Presente (AVP) de seus ativos e passivos em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) – ajuste a valor presente.

3.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas (em anos) para os bens do ativo imobilizado são:

Descrição	Vida útil (anos)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Software	5

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício.

3.8. Intangível

No ativo intangível são classificados os gastos com aquisição de software e marcas e patentes registradas ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A taxa utilizada para o software com contrato vitalício foi de 20%, conforme consta no controle enviado do intangível. As marcas e patentes são classificadas como ativos intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. Esses ativos são testados para fins de recuperabilidade (*impairment*) ao menos anualmente, ou quando há indicação de perda de valor, em conformidade com o CPC 01 (R1).

3.9. Contas a pagar fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$ 240 mil no ano, para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação na apuração do lucro real tributável.

3.11. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de prestação de serviços;

A receita proveniente da prestação de serviços é reconhecida de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) – Receita com contrato de clientes, adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2019, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas na extensão em que os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados a propriedade são transferidos.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

3.12.Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.13.Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

3. Caixa e equivalente de caixa

	2025	2024
Caixa	3.597	625
Bancos	32.751	46.309
Aplicações financeiras	1.215.054	1.226.221
Total	1.251.402	1.273.155

O montante de R\$ 1.215.054 (R\$ 1.226.221 em 2024) registrados na Rubrica “Aplicações financeiras” é composto basicamente por aplicações em renda fixa, mais precisamente em Certificados de Depósito Bancários (CDBs) em banco de primeira linha.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estoque

O montante de R\$ 831.373 (R\$ 774.729 em 2024), registrados nesta rubrica, está representado pelo estoque de material para montagem dos equipamentos desenvolvidos pela Bioren.

	2025	2024
Matéria-prima	370.795	438.242
Material p/ utilização prest. Serviço	43.432	34.538
Mercadoria para revenda	232.695	86.356
Produtos acabados	184.451	150.048
Bens em remessa com terceiros	-	65.545
Total	<u>831.373</u>	<u>774.729</u>

5. Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber	<u>212.403</u>	-
	<u>212.403</u>	-

6. Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS a recuperar	57.440	20.721
IRRF s/aplicação	844	799
PIS	7.709	5.526
COFINS	14.411	25.269
Impostos e contrib. rec. a maior	2.619	2.619
Imposto renda retido na fonte	40.738	291
CSLL a compensar	763	93
IRPJ saldo negativo 2023	3.629	3.234
IRPJ saldo negativo 2024	1.294	-
CSLL saldo negativo 2024	220	-
Total	<u>129.666</u>	<u>58.553</u>

- (i) O saldo de ICMS a recuperar refere-se a crédito na compra de matéria prima;
(ii) O saldo de confins a recuperar refere-se a crédito na compra de insumos.

7. Despesas antecipadas

	2025	2024
Prêmios de seguro	-	10.282
Vale transporte a apropriar	1.179	678
Caução e depósitos	38.183	38.183
Vale refeição a apropriar	222	13.648
Assist. médica a apropriar	-	27.783
Assist. odontológica a apropriar	-	290
Total	<u>39.584</u>	<u>90.864</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

O Ativo imobilizado é composto, substancialmente por equipamentos de Informática e itens de Infraestrutura, adquiridos em função da expansão do quadro de colaboradores, bem como por ativos destinados a operação de locação, cujo volume apresentou crescimento relevante no período. Os Ativos mantidos para locação estão classificados na rubrica de máquinas e equipamentos para locação, deduzido da depreciação acumulada.

	Custo aquisição			Depreciação Acumulada				Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Depreciação	Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Benfeitoria em imóveis de terceiros	92.680	37.740	-	130.420				-
Máquinas, aparelhos e equipamentos	260.571	394.393		654.964	(25.075)	(55.389)		(80.464)
Computadores e periféricos	114.725	76.286	(6.535)	184.476	(35.895)	(26.660)		(62.555)
	<u>467.976</u>	<u>508.419</u>	<u>(6.535)</u>	<u>969.860</u>	<u>(60.970)</u>	<u>(82.049)</u>	<u>-</u>	<u>(143.019)</u>

9. Intangível

O montante de R\$ 1.119.506 (R\$ 601.919 em 2024) registrados como intangível referem-se aos gastos com aquisição de softwares e de projetos de desenvolvimento da Tecnologia Bioren registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas.

	Custo aquisição			Amortização Acumulada				Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Aquisição	Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Depreciação	Baixa	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Software	163.037	-	-	163.037	(13.533)	(35.133)		(48.666)
Marcas e patentes	159.536	171.301	-	330.837	-	-		-
Intangível em desenvolvimento	292.879	381.419	-	674.298	-	-		-
	<u>615.452</u>	<u>552.720</u>	<u>-</u>	<u>1.168.172</u>	<u>(13.533)</u>	<u>(35.133)</u>	<u>-</u>	<u>(48.666)</u>

10. Contas a pagar

	2025	2024
Fornecedores	110.533	258.095
Seguros a pagar	10.658	10.659
Adiantamento de cliente	-	897.259
Cartão de crédito a pagar	27.412	-
Total	<u>148.603</u>	<u>1.166.013</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 897.259 que constava na linha de adiantamento de cliente foi totalmente baixado em função do encerramento do contrato e diferimento da receita pelo prazo contratual.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2025	2024
Pro-labore	-	2.644
Pensão alimentícia	-	360
INSS a recolher	62.116	44.094
FGTS a recolher	18.807	11.369
Provisão de férias	234.013	103.661
provisão INSS s/ férias	52.661	29.854
Provisão FGTS s/ férias	15.527	8.293
Contribuição sindical	256	-
Autônomos a pagar	17.000	-
Total	400.381	200.275

O montante de R\$ 400.381 (R\$ 200.275 em 2024) registrados como obrigações trabalhistas e sociais, referem-se ao aumento no quadro de funcionários. A Companhia realizou investimento de pessoal, na estruturação do time de pesquisa e desenvolvimento e na operação.

12. Impostos e contribuições

	2025	2024
COFINS a pagar	15.905	-
PIS a pagar	3.378	-
ICMS a recolher - FECPE	1.757	-
ICMS dif. Aliq. a recolher	2.916	11.432
	23.955	11.432

13. Tributos a recolher

	2025	2024
IRRF a recolher S/ PJ	1.226	876
IRRF s/ folha / férias a recolher	49.294	28.705
INSS retido a recolher	-	286
ISS retido a recolher	607	6.886
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	5.133	2.903
IRRF s/ autônomos	4.454	4.454
	60.714	44.109

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Capital a integralizar

O capital a integralizar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.500.000 (R\$ 1.500.000 em 2024).

Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 368.085 (R\$ 305.033 em 2024), representado por 368.085 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor. Em razão do prejuízo apurado no exercício, não foram declarados nem distribuídos dividendos no período.

Descrição	2025	2024
Lucro/Prejuízos líquido do exercício	(7.181.292)	(9.299.514)
Constituição de reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido ajustado	(7.181.292)	(9.299.514)
Dividendos propostos (25%)	-	-

14.2. Reserva de capital

À medida que a Companhia aumentou capital, parte dos valores foram destinados à conta de reserva de capital, a título de ágio na subscrição de ações, totalizando saldo de R\$ 24.729.709 (R\$ 12.292.761 em 2024).

15. Receita operacional, líquida

	2025	2024
De Vendas	2.068.472	2.752.572
De Serviços	76.260	19.408
De Locação	2.383.965	567.260
Receita Operacional Bruta	4.528.697	3.339.240

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
PIS	(50.150)	(22.437)
COFINS	(219.778)	(103.583)
Devoluções de Vendas	-	-
ISS	(3.813)	(467)
ICMS	(145.587)	-
IPI	(154)	(37.003)
Deduções da Receita Bruta	(419.482)	(163.490)
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	(41.089)	(7.980)
CUSTO DE MERCADORIA VENDIDA	(485.623)	(366.032)
Margem Bruta	3.582.502	2.801.738

16. Custos dos serviços prestados

O montante de R\$ 526.712 (R\$ 374.012 em 2024), registrados na Rubrica “Custos dos serviços prestados e Custo de mercadoria vendida” referem-se basicamente aos custos variáveis ligados a operação como, serviços prestados na montagem de equipamentos e baixa do estoque.

	2025	2024
Custo de Serviços Prestados	(41.089)	(7.980)
Custo de mercadoria Vendida	(485.623)	(366.032)
Custo total	(526.712)	(374.012)

17. Despesas gerais e administrativas

O montante de R\$ 6.920.919 (R\$ 4.884.795 em 2024), registrados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, referem-se ao custo de remuneração da diretoria/Executivos, custos administrativos como aluguel dos espaços; despesas jurídicas/Administrativas, Infra de TI e a valores de pesquisa e desenvolvimento que não se enquadram nos critérios de capitalização para o ativo.

	2025	2024
Despesas Administrativas	(2.102.820)	(753.737)
Aluguel	(241.164)	(338.480)
Manutenção e conservação	(76.810)	(59.839)
Serviços de terceiros - P. Jurídica	(1.279.443)	(1.074.444)
Assessorias e Consultorias	(623.387)	(678.655)
Remuneração dos executivos	(2.204.293)	(1.597.038)
Pesquisa & Desenvolvimento	(267.744)	(190.619)
Despesa com viagem	(125.258)	(191.984)
	(6.920.919)	(4.884.795)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas com pessoal e encargos

O montante de R\$ 3.844.256 (R\$ 2.087.767 em 2024), registrados na rubrica “Pessoal e encargos”, referem-se basicamente a despesas de salários, férias, 13º salário, gratificações e demais proventos, assim como os encargos de FGTS e INSS incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal não ligado diretamente a operação da companhia.

	2025	2024
Proventos	(2.352.466)	(1.225.348)
Benefícios	(748.347)	(426.034)
Encargos	(743.443)	(436.385)
	<u>(3.844.256)</u>	<u>(2.087.767)</u>

19. Outras despesas e receitas, líquidas

	2025	2024
Outras receitas		
Reversão de provisão	50.476	-
Outras despesas		
Custo de mercadoria vendida	(11.361)	(8.993)
Baixa de ativo imobilizado	(3.376)	-
Resultado financeiro líquido	<u>35.739</u>	<u>9.660</u>

20. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de atualização de tributos	725	304
Aplicações financeiras	190.983	23.189
Descontos Obtidos	2	-
Despesas financeiras		
Multas	(446)	(410)
Juros	(12.897)	(140)
Tarifas bancárias	(7.484)	(7.273)
IOF	(8.596)	(5.472)
Despesas financeiras	(11.054)	(537)
Resultado financeiro líquido	<u>151.233</u>	<u>9.660</u>

21. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado.

A Companhia não opera com derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;
- Contas a receber de clientes - são classificadas como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- Outras contas a pagar - decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, equipamentos e peças para manutenção com preços praticados a valores de mercado;
- Derivativos - a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. Historicamente a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

22. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam processos em curso impetrados contra a Companhia.

23. Seguros (não auditado)

Com base na natureza de suas atividades e na avaliação de seus consultores de seguros, adota uma política de contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos à riscos, objetivando a cobertura de eventuais sinistros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A coberturas de seguros são determinadas e contratadas anualmente com base em análises sistemáticas de riscos conjugadas com modernas técnicas securitárias, consideradas pela Administração como suficientes para cobertura de eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha cobertura de seguros de responsabilidade civil para suas operações e de diversos riscos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade do seguro	Principais coberturas	Vigência		Limite máximo de indenização
		De	Até	
Proteção e indenização	Responsabilidade civil geral	03/09/2025	03/09/2026	R\$2 milhões

24. Eventos subsequentes

Houve em fevereiro de 2026, a assinatura do contrato de Acordo de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I celebrado entre a Bioren Tecnologia S.A e a GBS Estocagem de Gás Natural S.A no valor total de R\$ 4.434.873,49 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e três e quarenta e nove centavos). Esse valor foi pago pela GBS em abril/26 e será utilizado para gastos com Pesquisa & Desenvolvimento, garantindo maior oxigenação do fluxo de caixa, levando em consideração a relevância dos gastos com os avanços em P&D.